



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
 Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
 capitalismo em crise
 Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Educação e política social.

**OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR À BRASILEIRA: UMA
 ANÁLISE CONJUNTURAL**

Milena Carlos de Lacerda¹

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão acerca das tendências contemporâneas do capitalismo dependente na política de educação, atrelada ao debate da mundialização do capital. Fruto de uma pesquisa teórica, o estudo vincula-se a sociologia do trabalho e da educação para situar, conjuntamente, a reprodução das relações capitalistas e seus rebatimentos no âmbito das universidades. No percurso analítico sob a ótica marxista, desenhamos a forma que o capitalismo assume nas economias dependentes para elucidar a constituição do trabalho e da educação no Brasil, evidenciando os aspectos históricos e contemporâneos da educação superior.

Palavras chave: Educação; Trabalho; Capitalismo; Universidade.

Brazilian higher education foundation's: a juncture analysis

Abstract

This paper presents a reflection about the contemporary tendencies of the educational policies on dependent capitalism, considering the debates around the globalization of capital. Yielded from a theoretical research, the study is based upon labor and education sociologies to position the junctural reproduction of capitalist relationships and their effects on the College environments. Making use of the Marxist optics, we outlined how capitalism shapes itself on dependent economies to elucidate the constitution of labor and education on Brazil, highlighting the historical and contemporary aspects of the Higher Education there.

Keywords: Education; Labor; Capitalism, University.

Introdução

A análise das políticas sociais e, em particular, da política de educação demandam um resgate da legalidade histórico social da constituição do capitalismo no Brasil. As contradições que transitam entre a antinomia do capital e trabalho e culminam na chamada ‘questão social’ é um aspecto imprescindível para analisar o desenvolver das formas de enfrentamento materializada nas políticas sociais.

As aproximações sucessivas com as políticas sociais, particularmente com as feições da educação no capitalismo contemporâneo nas economias periféricas e dependentes, têm como ponto de partida o “trabalho” como elemento central no processo

¹ Universidade Federal do Tocantins. E-mail: <info@enps.com.br>.

investigativo, pela capacidade ontológica em explicar e articular com os demais fenômenos sociais.

Para tal, é ideal situarmos a educação como uma dimensão da vida social atrelada à centralidade do trabalho; as funções das práticas educativas, isto é, do conjunto de processos de internalização próprios ao ser social burguês, bem como dos aspectos gerais da política de educação. Sob esse prisma, a concepção de educação em tela evidencia o reconhecimento crítico da Política de Educação como direito social que deve ser universalizado. Nessa direção, a universalização da educação pressupõe a intrínseca e complementar universalização do trabalho, sob a égide da igualdade e liberdade substancial de todos/as (MÉSZÁROS, 2008).

No presente estudo², abordaremos a articulação da política da educação com a reprodução das relações sociais capitalistas. Como ponto de partida, associaremos o debate da educação com a esfera produtiva na dinâmica do capitalismo dependente, tendo em vista que o trabalho se associa estruturalmente às demais categorias sociais por ser elemento fundante do mundo dos sujeitos. Em seguida, projetamos uma análise conjuntural dos determinantes que incidem na educação superior, a partir dos rebatimentos da precarização, massificação e mercantilização das universidades.

Em vista dos argumentos apresentados, reconhecemos o protagonismo da dinâmica objetiva que estrutura a vida em sociedade na economia dependente – terreno em que se gestam as políticas sociais setoriais. No percurso analítico, as categorias teóricas foram articuladas com a sociologia do trabalho e com a sociologia da educação mediados pela particularidade do cenário brasileiro e das medidas contemporâneas do receituário neoliberal, do célere desmonte de direitos sociais e da precarização e flexibilização do trabalho.

1 Bases sociohistóricas para o desenvolvimento da educação à brasileira

O trajeto desenhado pela “via prussiana”, que marca as particularidades sócio-históricas brasileiras, sobrepujou etapas civilizatórias intermediárias por não ter

² Este estudo é fruto das reflexões desenvolvidas na dissertação de Mestrado em Serviço Social no PPGS/UERJ intitulada “Entre - lugares do nome social e do uso autorreferido dos banheiros: um itinerário de assujeitamentos e resistências na Universidade Federal do Tocantins” e recebeu apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

vivenciado todas as etapas da revolução democrático-burguesa, interpelando a conquista de direitos sociais fundamentais. Lima (2017) advoga que o desenvolvimento do capitalismo está atrelado ao papel revolucionário assumido pelo padrão clássico da revolução burguesa experienciado pelas economias centrais, no qual contou com uma ruptura radical com as antigas relações de produção.

O capitalismo dependente³ intrínseco à formação social, política e econômica dos países latino-americanos “evoluiu sem contar com condições de crescimento autossustentado e desenvolvimento autônomo” (FLORESTAN, 2009, p. 43). O desenvolvimento capitalista no país não rompeu com as oligarquias agrárias, pelo contrário, estabeleceu-se por meio de alianças e composições orgânicas com os setores industriais emergentes e com as economias imperialistas.

Ao refletir sobre as vicissitudes da histórica brasileira, Coutinho (1979) alicerça os problemas contemporâneos no amplo quadro de formação nacional, em que pese o caráter elitista e autoritário que assinalou a evolução política, econômica e cultural do país.

[...] as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo” com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais (COUTINHO, 1979, p.41).

Coutinho (1979) atenta-nos ao fato de que não devemos esquecer que a “via prussiana” assegurou a construção da superestrutura adequada à dominação de uma restrita oligarquia sobre a esmagadora massa da população. Na história brasileira, a via prussiana encontra seu ponto alto no regime militar, que criará as condições políticas para institucionalização da modalidade dependente do capitalismo monopolista do Estado. Para o autor, essa implantação radicaliza a velha tendência de excluir dos frutos do progresso e das decisões políticas operadas de “cima para baixo” as grandes massas da população nacional.

³ Refere-se à forma periférica e dependente do capitalismo monopolista (o que associa inexorável e inextricavelmente as formas ‘nacionais’ e ‘estrangeiras’ do capital financeiro) (FERNANDES, 2009)

Ao examinar a configuração das classes no Brasil⁴, Katia Lima (2017) recupera as contribuições analíticas de Florestan Fernandes para indicar o caráter ultraconservador da burguesia brasileira como um traço constitutivo da dominação de classe.

Assim, não podemos entender a burguesia brasileira como uma ‘burguesia fraca’, mas que possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida com os países centrais, pois estes necessitavam e necessitam, na atualidade, de parceiros fortes na periferia do capitalismo para consolidar seu projeto hegemônico (LIMA, 2017, p. 95).

Isso significa que há uma integração consciente da burguesia brasileira com a burguesia internacional para a manutenção e ampliação dos interesses econômicos, ao passo que “essa subordinação não deve ser compreendida como uma imposição de fora, mas articulada com a burguesia brasileira em reproduzir, internamente, relações de dominação ideológica e exploração econômica” (LIMA, 2017, p. 94). A lei geral da acumulação capitalista nos oferece elementos para inferir o caráter permanente do padrão dependente dessas economias, contrapondo-se ao ideário difundido internamente de que esta é a condição passageira e imperativa para o alcance posterior do pleno crescimento econômico.

Nesse aspecto, cabe ponderar que o projeto de educação que prosperou no país vincula-se aos avanços industriais nas áreas das telecomunicações, urbanização, geralmente escamoteado pelo “progresso”. Fernandes (2009, p. 49) destaca que a inovação incrusta-se em uma realidade socioeconômica que não se transformou, já que a degradação material e moral do trabalho persistem e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilégio das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, mediados pelo crescimento econômico dependente.

⁴ O “acordo pelo alto” é representado nas ações contrarrevolucionárias contemporâneas da burguesia brasileira a partir da política de conciliação de classes, na medida em combina-se a repressão com o alargamento abstrato da participação política dos trabalhadores ao fomentar a aliança com a burguesia sindical e partidária. Esse desdobramento é assumido no “crescimento econômico com justiça social”, através do chamado desenvolvimentismo conduzido pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A crise política instaurada pelo término de uma fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, que culminou no golpe (sem prova material) contra a então presidenta Dilma Rousseff, não se deu pelo fato de o governo de coalizão ter ampliado direitos para os trabalhadores (LIMA, 2017).

A inserção dos países periféricos e dependentes na dinâmica do capitalismo é realizada a partir da divisão internacional do trabalho. Esses países associam-se ao mercado internacional, por meio de investimentos, empréstimos ou pela compra de mercadorias, principalmente ao capital constante ⁵, para a produção dos bens industrializados. Nessa dinâmica, ocorre a transferência do valor produzido na periferia para os países centrais, reduzindo o excedente disponível para a produção e reprodução das relações sociais nas economias dependentes, implicando no valor a ser acumulado e distribuído internamente.

A feição do trabalho nas economias dependentes interfere na interpretação da particularidade da questão social nessas formações sociais, bem como nas formas de enfrentamento das contradições assumidas pelo capital e trabalho, figuradas nos padrões de proteção social.

Ney Almeida (2011) pondera que a educação organizada sob a forma de política pública constituiu uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista, por isso é um território de disputa marcado pelos interesses das classes sociais.

Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira (ALMEIDA, 2011, p. 12).

Nesse sentido, a compreensão da educação requer a associação da mesma com o trabalho, como fundamento ontológico do ser social que possui centralidade na totalidade histórica. Do ponto de vista da totalidade, as categorias que integram outras dimensões da vida social, mantêm uma relação de dependência e autonomia ontológica com o trabalho. Por esse ângulo, a educação é um complexo constitutivo da vida social, localizada no âmbito da reprodução social das relações capitalistas, particularizada pela apropriação da força de trabalho pelo capital em meio ao desenvolvimento capitalista brasileiro.

⁵ Em Marx (2005), a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares, meios de trabalho e que não modifica a sua magnitude de valor no processo de produção é nomeada de capital constante.

Vale dizer que a educação superior, no formato da universidade, é oficialmente institucionalizada no Brasil na década de 1920, apesar de pontuais iniciativas anteriores. Ela emerge no contexto da luta de classes, mediante a difusão de orientações ideológicas para o amortecimento dos conflitos sociais e enfrentamento a resistências oriundas do movimento operário no país para a manutenção da sociabilidade capitalista. Vale dizer, que ela nasce articulada às determinações do mercado e à lógica da apropriação do trabalho excedente para a ampliação do capital, cuja finalidade é aperfeiçoar a capacidade de controle do trabalho pelo capital e formar mão de obra para atender as necessidades do mercado.

No próximo tópico, faremos uma análise os rebatimentos contemporâneos da financeirização da capital, da política neoliberal e precarização do trabalho na órbita das universidades.

2 A precarização da educação superior: elementos para uma análise conjuntural

No contexto da mundialização do capital e da ofensiva neoliberal, aprofunda-se a mercadorização da educação e sua redução como ferramenta do atual modelo de produção e acumulação, possibilitando a reprodução desigual e assimétrica da sociedade de classe.

Almeida (2000) destaca que a política desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) no marco neoliberal foi orientada pela necessidade de elevar a escolaridade mínima de mão de obra no país e de empreender reformas no sentido de garantir sua adequação às exigências provenientes das alterações na esfera da produção e da cultura, sendo funcional ao ajuste fiscal imposto pela nova ordem econômica mundial.

Nessa internalização dos parâmetros reprodutivos do sistema preponderam as teorias válidas à utilidade e manutenção da sociabilidade capitalista. Lukács (1979) acentua que não se trata de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas se é prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos do sistema ou não.

Esse aparato é notado nas múltiplas reformas do ensino médio que impõem uma conotação técnica, funcional e profissional que altera e flexibiliza rotineiramente a lógica curricular. O conjunto de reformas operadas no âmbito da educação é desprovido de diálogos e espaços de negociação com a sociedade civil organizada.

As concepções acerca das melhores alternativas de enfrentamento e resoluções dos problemas no campo educacional acabam variando de gestão para gestão e, em certos casos, dentro de uma mesma gestão. Nessa mesma linha de raciocínio situamos não só as grandes reformas do sistema educacional, ditadas quase sempre pelas instâncias federais, como os projetos arquitetônicos, pedagógicos e políticos que vêm fazendo e desfazendo a teia da história da educação pública em nossos Estados e municípios (ALMEIDA, 2000, p.158 *apud* ALMEIDA et al., 1995, p. 158).

No capitalismo contemporâneo emerge a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal, cuja dinâmica é protagonizada pela concentração e centralização dos monopólios. Procede-se assim, a naturalização do desemprego estrutural, o esvaziamento da sociedade salarial⁶, a perda do poder de pressão e de contrarregulação social dos sindicatos, o desmantelamento dos direitos sociais e o consequente aumento da pobreza relativa e absoluta agudizados pela economia global e pela hegemonia do liberalismo de mercado (PEREIRA, 2001).

Em articulação com esses processos, temos as alterações no processo produtivo capitalista, por meio de novas técnicas de gestão da força de trabalho manifestadas pela dinâmica da reestruturação produtiva. A acumulação flexível associada ao toyotismo⁷ configura-se como modalidade de gestão, organização e controle do trabalho num ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira.

Os rebatimentos da metamorfose do mundo do trabalho que alteram o âmbito do processo de acumulação do capital, assentam-se no ideário neoliberal, que erodiu as bases do sistema de proteção social através do redirecionamento das intervenções do estado monopolista.

A dinâmica da monopolização vai demandar intervenções extra econômicas de redimensionamento do Estado para operar as condições necessárias à valorização do capital monopolista (NETTO, 2006). Isto é, as respostas dadas à questão social no final do século XIX pelo Estado Capitalista que assumia as prerrogativas liberais de caráter repressivo, incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as

⁶ A sociedade salarial designa o predomínio do trabalho assalariado na grande indústria monopolista. Trata-se de qualificar a sociedade especificamente salarial, cujas normas de produção, consumo e organização política dos trabalhadores respondem pela conexão entre as formas de remuneração do trabalho e o acesso aos meios de reprodução da força (MOTA, 2000, p. 167).

⁷ Segundo Ricardo Antunes (2014), o toyotismo fundamenta-se num padrão produtivo de organização inspirado na experiência japonesa do pós-guerra e associou-se ao avanço tecnológico, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços.

reivindicações em leis que estabelecem melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social.

Nessa dinâmica, observa-se a integração orgânica entre os aparatos privativos e as instituições estatais, pois o “comitê executivo da burguesia” relaciona-se com a dominação de classe sob outra, cujo regime político – sustentado no poder do Estado – é subordinado às relações econômicas.

A refuncionalização do Estado no contexto da monopolização do capital pressupõe uma atuação agigantada, mediante a expansão e institucionalização do sistema de proteção social e dos direitos sociais, para a produção do *consenso* e aceitação dos setores subalternos. Nessa linha argumentativa, podemos inferir que a dinâmica e contradição do capitalismo monopolista são verificadas na medida em que conseguem permear as demandas das classes subalternas, ao passo que são reguladas pelas exigências de valorização do capital.

Nesse ordenamento econômico, as mazelas da questão social, antes tratadas como “caso de polícia” torna-se objeto de atuação sistemática do estado. Essa visibilidade da questão social é correlacionada com a legitimação política do movimento operário e pela consolidação do estado burguês.

No entanto, com a crise conjuntural do capitalismo em meados da década de 70, visualiza-se a adesão às prerrogativas neoliberais que propuseram a refuncionalização do Estado na sua relação com o capital e a sociedade. Essa crise pôs fim aos “anos dourados” do estado de bem-estar social, advindos do conjunto de mudanças de ordem econômica, social, política e cultural que impactaram de diferentes formas os Estados-Nações. A queda da taxa de lucros deve-se principalmente ao colapso financeiro quando os EUA desvinculam o dólar do ouro e do choque dos petróleo. As alterações na economia constituíram terreno profícuo para repensar a atuação do Estado e do Capitalismo Democrático direcionado pelo pacto fordista-keynesiano, aproximando os países centrais das ideias neoliberais.

No final da década de 70, por exemplo, os pressupostos neoliberais foram legitimados com a ascensão de governos conservadores de direita nas principais potências mundiais: Margareth Thatcher (1979), na Inglaterra, Ronald Reagan (1980), nos Estados Unidos, e Helmut Kohl, na Alemanha Ocidental (1982)

Assim, são proposições básicas das políticas neoliberais: 1) Estado forte para desmantelamento dos sindicatos e dos direitos sociais; 2) Estado escasso para gastos

sociais e regulamentações econômicas; 3) Estabilidade monetária e controle da moeda; 4) Forte disciplina orçamentária, que envolva a contenção dos gastos sociais, a restauração da taxa “natural” de desemprego, bem como um conjunto de privatizações; e 5) Reforma fiscal, que diminua os impostos sobre os rendimentos altos (BEHRING, 2009).

A desconstrução do papel social do Estado, visto como adversário da eficiência econômica, objetivou a transferência do setor público para o privado, privatizando o patrimônio material e os serviços públicos. No Brasil, a incorporação do neoliberalismo e da hegemonia do capital financeiro é notada a partir da década de 90.

Essa aproximação rebate na execução dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988, que já nascem privatizados, seguindo o receituário do Consenso de Washington⁸. O cenário de redemocratização do Brasil após 21 anos de Ditadura Militar no país redesenha a arquitetura institucional e da atuação do Estado no cenário brasileiro, por meio de um conjunto de proposições na arena política, social e econômica.

Iamamoto (2001) pontua que a proposta de inspiração neoliberal é reduzir despesas, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos. A Emenda Constitucional 95/2016 (PEC n° 55), conhecida popularmente como “PEC do Fim do Mundo” insere-se nessa lógica ao instituir o Novo Regimento Fiscal, isto é, a contenção de gastos públicos por 20 anos, como alternativa para enfrentamento da crise no país, equilíbrio das contas públicas e crescimento econômico.

Em outros termos, a “PEC do Teto dos Gastos Públicos” prevê a estagnação e o limite de investimento público em infraestrutura e nas políticas sociais, com destaque para a Educação, Assistência Social e Saúde – entre outras áreas –, por dois decênios, atingindo visceralmente os direitos sociais e políticos da classe trabalhadora. Encontra-se aí a submissão do dever legal – atinentes aos direitos sociais inscritos na Constituição Federal – à disponibilidade de recursos públicos orçamentários.

⁸ O Consenso de Washington realizado em 1989, nos Estados Unidos construiu uma série de recomendações para o desenvolvimento das políticas neoliberais no continente latino-americano. O balanço dessas orientações foi realizado no Dissenso de Washington, que avaliou o andamento das reformas empreendidas pelas agências multilaterais e ratificou a orientação das propostas neoliberais para os países da América Latina.

Se por um lado, a inspiração neoliberal defende a contenção dos gastos públicos nas áreas sociais para equalizar os períodos de crise, por outro, o projeto em curso privilegia o gasto com o pagamento de juros e amortização da dívida.

As mudanças incididas na política de educação, sob influência do setor privado, culmina na expansão das universidades e na ilusão da democratização de acesso, sem, contudo, alterar a dinâmica do “padrão dependente da educação superior” nos termos de Florestan Fernandes (1985). No bojo da ditadura militar, há um protagonismo de um projeto de educação tecnocrático, assentado na neutralidade da cientificidade e dos valores propagados pelo desenvolvimento tecnológico.

Martins (2009) acentua que as protoformas do “novo” ensino superior privado emergiram de uma constelação de fatores complexos, entre os quais se destacam, num primeiro momento, as modificações ocorridas no campo político nacional, em 1964 (ano do golpe de Estado), e seu impacto na formulação da política educacional. Ademais, as medidas repressivas desencadeadas pela ditadura civil militar, combinou a modernização e expansão do ensino superior com medidas repressivas perpetradas contra o movimento estudantil e estrita vigilância ao corpo docente (MARTINS, 2009).

As alterações na estrutura organizativa, com forte influência estadunidense⁹, culminaram na racionalização administrativa, repercutindo não somente na autonomia didático-pedagógica das instituições, mas na própria gestão financeira. Consta-se ainda, a emergência das chamadas “empresas educacionais” conduzidas pelo livre mercado, por meio da ampliação das instituições privadas, que enfatiza um novo padrão de ensino superior que não representa, per si, a democratização do acesso.

Na reprodução ampliada do capital, a contrarreforma enceta um conjunto de medidas de caráter privatizante na educação superior, através de cursos pagos, investimentos nas universidades privadas, aumento de contratação de professores substitutos, novas modalidades de práticas educativas, insuficiência de verbas públicas e na precarização da infraestrutura das salas de aulas, ineficiência nas condições de acesso e permanência, múltiplas reformas educacionais, currículo desconectado com a realidade e influenciado pelas regras de mercado, burocracia em excesso, baixos salários e a concessão da exploração privada.

⁹ O acordo MEC/USAID (*United States Agency for International Development*) consolidou-se com a formulação do Plano Atcon (1966), do Relatório Meira Mattos (1968) e do Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior (1969), que formulava medidas para a expansão do ensino superior aliada ao quadro do desenvolvimento nacional e da segurança institucional.

A institucionalização da Política de Educação pelo estado configura-se como estratégia para assegurar a ampliação do metabolismo do capital, firmando condições necessárias à sua reprodução. O significado estratégico que marca a essência da política de educação no Brasil é aprofundado na medida em que:

[...] cumpre funções importantes nos processos de produção de consensos em tempos de crise de capital e de necessidade de recomposição das taxas de acumulação, particularmente em decorrência dos aportes conceituais, diagnósticos e investimentos capitaneados pelos organismos multilaterais, pelas conferências mundiais sobre educação e pela transposição da pedagogia empresarial para o campo educacional (CFESS, 2013, p. 20).

De acordo com Henriques (2017), o acirramento dos dois projetos educacionais antagônicos, um de caráter privatista que defende a educação como bem privado b) o projeto que defende a educação pública, gratuita e de qualidade (ensejada pelos estudantes, trabalhadores, professores, centrais sindicais e movimentos sociais) cujo início remonta a década de 1950, passa a se exponenciar em meio ao cenário político e social da constituinte de 1988. Aqui, não podemos deixar de referenciar que a resistência e a organização dos movimentos sociais foram determinantes para afiançar a educação como direito social previsto no artigo 5º da Constituição de 1988 (HENRIQUES, 2017).

Considerações Finais

Como vimos, a lógica do capital, da mercadorização da educação e da precarização do trabalho permite reformas pontuais e ajustes parciais imbricadas no metabolismo do capital. Essas melhorias focalizadas e reduzidas em vários âmbitos das políticas sociais acontecem desde que não interfira nas determinações estruturais da sociedade e altere o núcleo das desigualdades.

Na mesma linha de Meszáros (2008), advogamos que é impossível formularmos um ideal educacional com perspectivas emancipatórias e reforma sistêmica, inserida nos limites da perpetuação do domínio do capital, sem eliminar os seus fundamentos causais antagônicos e excludentes, haja vista que “o capital é irreformável por que pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível” (IBIDEM, p.27).

O corolário da educação superior no Brasil em tempos de crise estrutural do capital é a sua transformação em mercadoria como outra qualquer. Salientamos ainda,

que essa crise que passa a ser acirrada nos anos 2000, torna-se laboratório e projeto que se espalha entre as instituições universitárias do país. Somada ao processo mercantil da educação sentida nos anos iniciais da formação escolar, temos a desregulamentação da força de trabalho dos profissionais da educação e o avanço do conservadorismo que são expressos no processo de perseguição a suposta doutrinação e defesa da neutralidade do conhecimento.

O exercício reflexivo desenvolvido nesse artigo identificou ainda, que os reflexos da mundialização e dos ditames neoliberais na Política de Educação em curso no país é confrontada pela organização política dos trabalhadores e pelos interesses das classes dominantes, uma vez que no processo de conquista da hegemonia e da produção de consenso, a educação é um campo de luta privilegiado. Nessa perspectiva, a educação enseja disputas, pois é atravessada pelas alterações na esfera produtiva e pelas mudanças nas relações e condições de trabalho.

Para finalizar, sublinhamos o vínculo com o projeto que defende a educação como uma dimensão da vida social que deve ser reivindicada como direito de ensino público, laica e de qualidade, caracterizada como direito social que prima pela formação da consciência plena dos/as indivíduos.

Referências

ALMEIDA, N.L.T. Educação. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BHERING, E. R. Política Social no contexto da sociedade capitalista. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 2009.

BOSI, A. Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 308-345. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/BosiACulturabrasileira.pdf>. Acesso em: 04 jan 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília-DF: Grupo de Trabalho do Serviço Social na Educação, 2013.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

HENRIQUES, C. S. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. **O Social em questão**, n. 37, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.

LIMA, K. Brasil em tempos de contrarrevolução. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília: ANDES, n. 59. 2017. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1582580999.pdf> Acesso em: 5 jul. 2018.

LUKÁCS, G. Ontologia do ser social. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02> Acesso 04 Jul 2018

MARX, K. A mercadoria. In: **O capital**. Livro I, volume 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

MÉSZAROS. I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, A. E. **Trabalho**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, P. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.